
CONHEÇA A DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO



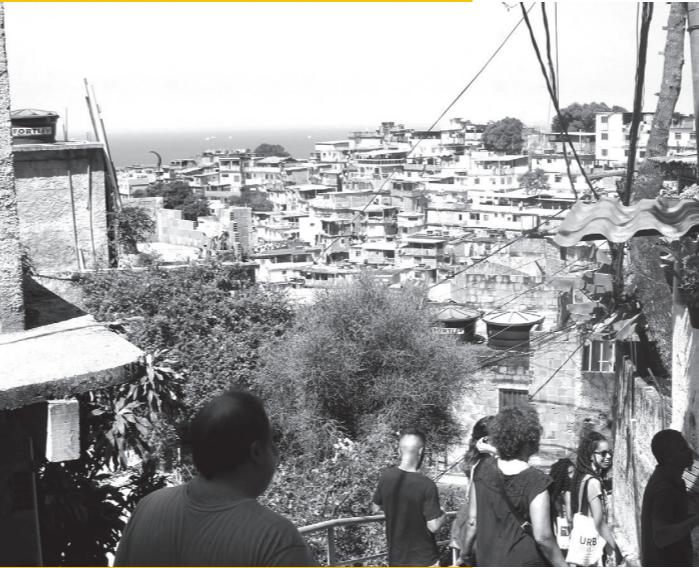
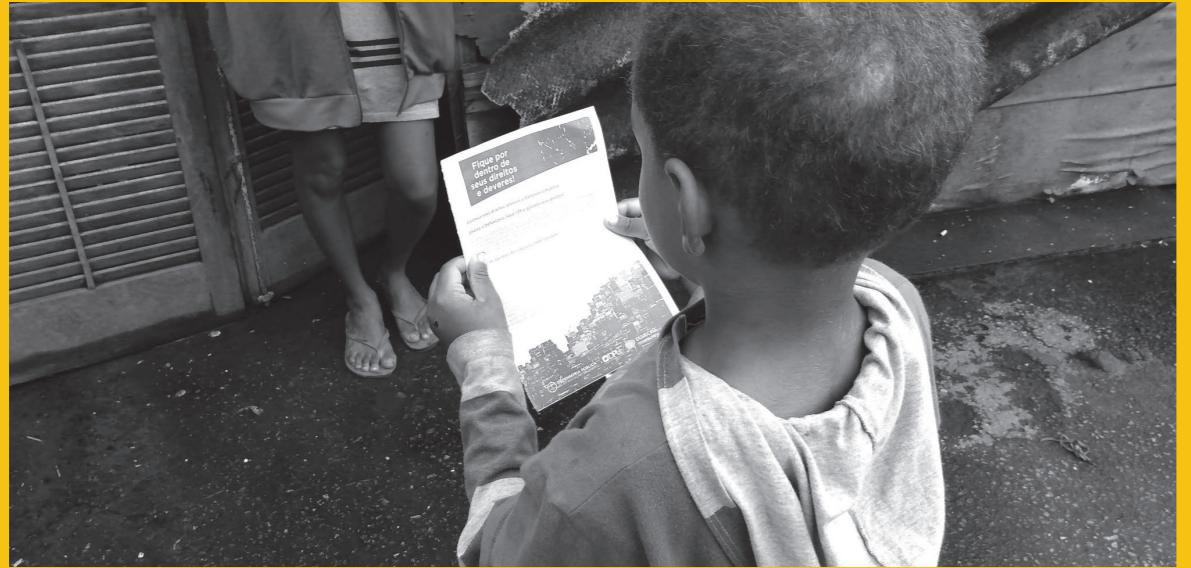
**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**



O QUE É A DEFENSORIA PÚBLICA

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro tem a função de oferecer, de forma integral e gratuita, assistência e orientação jurídica aos cidadãos vulneráveis, como crianças, idosos, deficientes, refugiados, endividados, mulheres vítimas de violência de gênero, vítimas de preconceito racial ou por sua orientação sexual, além daqueles que não possuem condições financeiras de pagar as despesas destes serviços.

Além disto, promove a defesa dos direitos humanos, direitos individuais e coletivos, conforme previsto na Constituição da República. A gratuitade de justiça abrange honorários advocatícios, periciais, e custas judiciais ou extrajudiciais.



NOSSOS NÚMEROS

783

Defensoras e defensores

Os defensores têm formação em Direito e são investidos no cargo após a aprovação em concurso público. Eles também têm que comprovar experiência jurídica por período mínimo de dois anos.

2,6 milhões

pessoas atendidas por ano

O número se refere ao atendimento prestado pela Central de Relacionamento com o Cidadão (CRC) por meio do telefone 129 e do atendimento online, no site da DPRJ.

92 municípios

A DPRJ está presente em todas as comarcas do Estado

1,4 mil

Servidoras e servidores



ÓRGÃO INDEPENDENTE

O posicionamento firme em favor da cidadania pauta as manifestações da Defensoria, ainda que isso implique em litigar contra o próprio estado e demais poderes.

ALGUMAS DAS NOSSAS CAUSAS

- Combate ao superencarceramento, com intensa defesa das audiências de custódia
- Defesa de vítimas de violência policial
- Dignidade no tratamento a transexuais
- Respeito aos direitos homoafetivos
- Habeas corpus para proibir o recolhimento de crianças e adolescentes sem que haja evidências da prática de delito, assegurando o direito de ir e vir
- Intermediação de acordos extrajudiciais para reparação a vítimas de grandes acidentes de consumo
- Erradicação do sub-registro, com emissão de documentos civis
- Garantia de vaga em escolas e creches, assegurando o acesso à educação
- Garantia do acesso à moradia e à saúde

NOSSA ATUAÇÃO

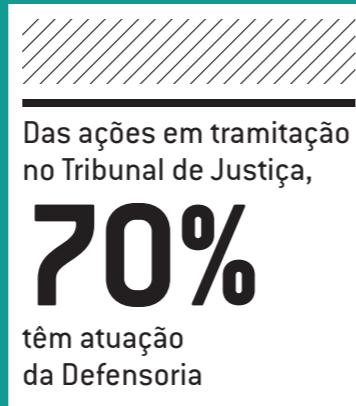
Para melhor atender a população, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro conta com diversos núcleos e projetos temáticos. Além de representar e orientar o cidadão individualmente, esses órgãos atuam de forma estratégica, a fim de beneficiar o maior número de pessoas. A instituição também possui importantes projetos de educação em direitos, com o objetivo de levar à sociedade informações sobre suas garantias legais, especialmente entre a população mais vulnerável. Conheça algumas dessas ações



ACESSO À SAÚDE

A Coordenação de Saúde e Tutela Coletiva monitora a saúde pública no âmbito do Estado e dos Municípios. A Defensoria propõe medidas judiciais e extrajudiciais para regularizar problemas relativos ao atendimento e fornecimento de remédios gratuitos.

Os defensores da coordenadoria realizam visitas regulares a todas as unidades da Capital e do interior do estado. A Defensoria também integra as Câmaras de Resolução de Litígio, que busca saídas extrajudiciais para resolver os problemas de atendimento.



INFÂNCIA E JUVENTUDE

A Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cdedica) atua em duas frentes. Uma delas é a protetiva e visa à garantia de direitos básicos, como a educação. A outra é a socioeducativa e se destina aos jovens envolvidos em atos infracionais. A Defensoria luta para que esses adolescentes tenham condições adequadas de ressocialização e entende que o atual sistema precisa de urgente adequação. Por esta razão, a instituição é uma das autoras da ação que pede o fim da superlotação nas unidades de internação e acompanha atentamente o cumprimento da medida. A Defensoria também tem firme posição contra a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos.



DEFESA DAS MULHERES

O Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher Vítima de Violência de Gênero (Nudem) presta orientações jurídicas e promove ações judiciais em favor das mulheres em qualquer situação de violência de gênero, que não distingue classe social ou renda. Os casos atendidos são diversos – envolvem agressões físicas, violência psicológica, violência sexual, estupros coletivos, violência obstétrica e violência institucional contra presas, por exemplo.

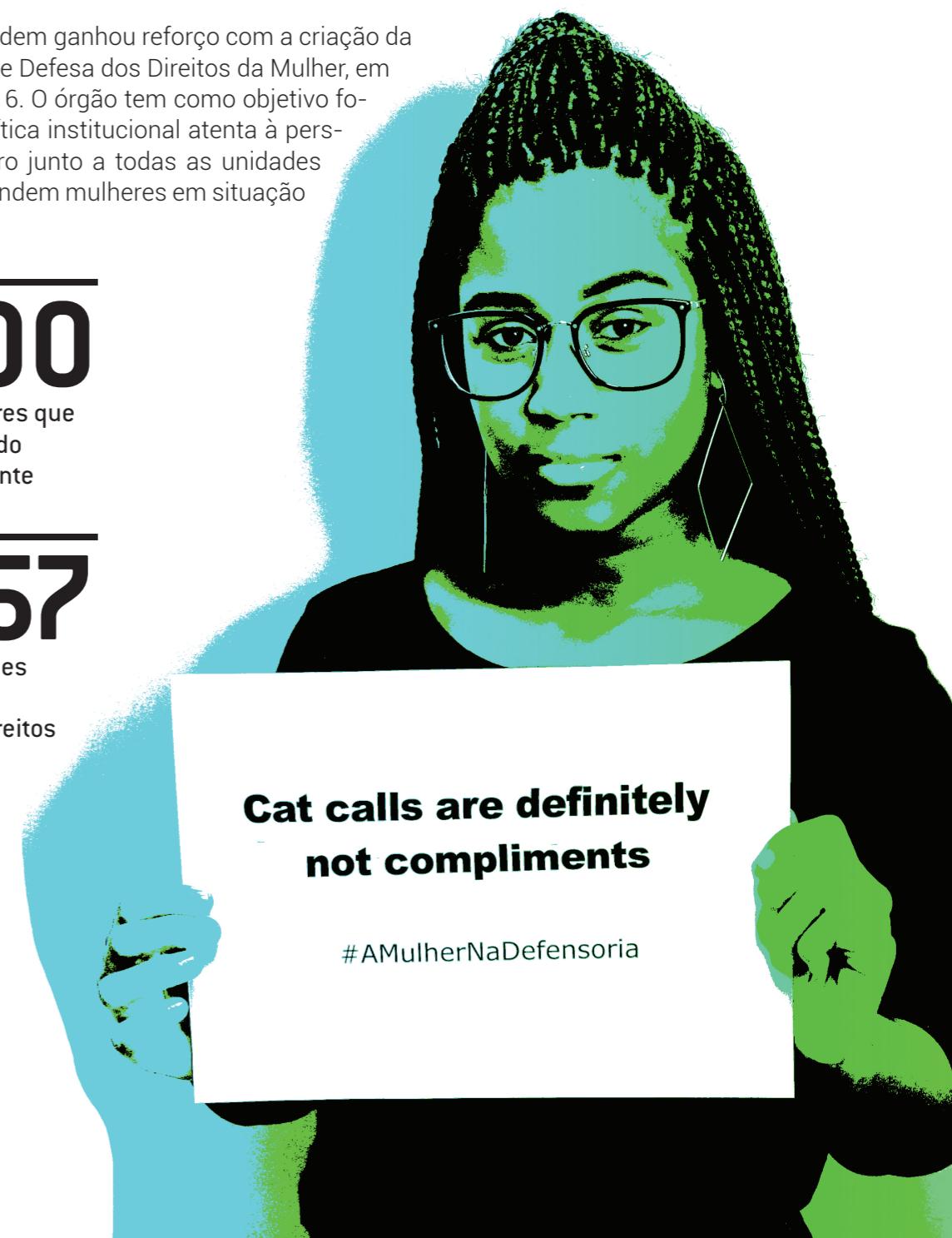
A atuação do Nudem ganhou reforço com a criação da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher, em setembro de 2016. O órgão tem como objetivo fomentar uma política institucional atenta à perspectiva de gênero junto a todas as unidades da DPRJ que atendem mulheres em situação de violência.

1.100
média de mulheres que
procuram ajuda do
Nudem anualmente

3.557
é a média de ações
individuais para
resguardar os direitos
de mulheres

**Cat calls are definitely
not compliments**

#AMulherNaDefensoria



DIREITOS HUMANOS

A atuação do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública alcança todo tipo de violação aos direitos e liberdades, coletivos ou individuais. Exemplo disso é a assistência jurídica dada a famílias de vítimas de violência policial e estatal, para pedido de indenização por parte do Estado e também como assistente de acusação.

O trabalho não impede que o mesmo núcleo também assista famílias de policiais militares mortos em serviço.

Também está vinculado ao Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos todo o trabalho em favor da diversidade sexual, de combate ao racismo, à intolerância religiosa e à desigualdade racial, bem como de apoio a refugiados, que recebem auxílio na regularização de sua permanência no país e o acesso a direitos básicos.

COMBATE AO RACISMO

O Núcleo Contra a Desigualdade Racial (Nucora) tem como missão a defesa de quem teve o direito violado em razão de sua origem, cor, identidade étnico-racial ou orientação religiosa. Essa atuação inclui a representação de vítimas de racismo, a luta pela manutenção do sistema de cotas nas universidades e direitos das comunidades remanescentes de quilombos.



DIVERSIDADE SEXUAL

Além da atuação coletiva e em casos individuais, o Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e dos Direitos Homoafetivos (Nudiversis) fomenta políticas públicas destinadas a promover os direitos das pessoas LGBTI. A atuação inclui a assistência jurídica e processos de requalificação civil para mudança de nome e gênero de pessoas transexuais, bem como assistência às vítimas de homotransfobia, inclusive na proposição de ações indenizatórias. O Nudiversis atuou combativamente para que o Supremo Tribunal Federal reconhecesse o direito à mudança no registro civil sem que fossem necessários cirurgia de resignação sexual e apresentação de laudos médicos. Em outra atuação marcante, o Núcleo obteve decisão favorável em ação que declarou inconstitucional uma lei municipal que proibia abordagem de gênero nas escolas. Recentemente, a Defensoria obteve uma decisão inédita no Estado, garantindo alteração de gênero no registro civil de uma criança transexual de oito anos.

600
Requalificações
civis extrajudiciais
encaminhadas ao
Nudiversis

POPULAÇÃO DE RUA

Por meio do Nudedh, a Defensoria promove importante atuação junto à população em situação de rua. Uma das ações da instituição é a Ronda de Direitos Humanos, realizada periodicamente em diferentes pontos da cidade para verificar se essas pessoas vêm sofrendo algum tipo de violência por parte dos órgãos governamentais, como Guarda Municipal e Polícia Militar.

Com informações coletadas em campo, a Defensoria apura tais violações e busca agir contra qualquer tipo de política de "higienização" que esteja sendo implementada.

DEFESA CRIMINAL

A Coordenação de Defesa Criminal atua na definição de políticas públicas de acesso à justiça na área penal. Também orienta a atuação dos Núcleos do Sistema Penitenciário (Nuspen), Cadeias Públicas e Apoio ao Preso Provisório (Nucapp) e de Audiências de Custódia (Nudac).

O sistema prisional do Rio de Janeiro detém a atenção constante da Defensoria Pública. Por meio do Nuspen, a instituição promove inspeções programadas nas unidades.

Em uma ação recente, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos, determinou ao governo brasileiro que resolva a superlotação do Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, que fica no complexo penitenciário de Bangú. Mas essa é apenas uma das diversas ações da Defensoria nesta área. A instituição busca assegurar atendimento médico por ginecologistas às mulheres e grávidas e na manutenção das audiências de custódia.

REGISTRO CIVIL

Por meio de ações sociais, a DPRJ também atua no combate ao sub-registro, agindo para assegurar dignidade e cidadanía às pessoas mais vulneráveis. Nessas ocasiões, os atendidos são encaminhados a postos de identificação civil e a outras unidades responsáveis pela emissão dos documentos e acesso a benefícios sociais, como auxílio financeiro e alimentação.



DEFESA DO CONSUMIDOR

O Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon) tem como missão atender os consumidores em situação de hipossuficiência e superendividamento. Os defensores atuam em causas relativas à má prestação de serviços como fornecimento de água, tratamento de esgoto, energia, telefonia, transporte público, planos de saúde e bancários. Muitos desses casos têm sido solucionados por meio de acordos com as empresas reclamadas. Em quatro anos, foram firmados 16 termos de cooperação. O órgão também presta assistência a pessoas superendividada e tem forte atuação nos grandes acidentes de consumo. As práticas do Núcleo nesses casos são usadas, inclusive, como protocolo de atuação para outras defensorias.



AUDITORIA MILITAR

A Auditoria Militar da DPRJ é responsável pela defesa dos policiais militares e bombeiros do Estado do Rio. A Defensoria atua em quase a metade dos processos envolvendo PMs e bombeiros na Justiça Militar. Por mês, são cerca de 100 audiências em casos de supostas violações ao Código Penal Militar e de infrações cometidas no exercício da função.



FAMÍLIA

Na área cível e de família, destacam-se os inventários, alvarás, ações de declaração de morte presumida e de reconhecimento de união estável "post mortem". A Defensoria possui um programa de DNA, que realiza exames "in vivo" e "post mortem" para investigação de paternidade e maternidade, retificação de óbito e comprovação de vínculo genético de parentesco, a fim de garantir o direito de cidadania.

DIREITO À MORADIA

O Núcleo de Terras e Habitação (Nuth) da Defensoria é responsável por assegurar o direito à moradia, atuando nos casos de remoções, despejos, reintegração de posse e outros conflitos fundiários. Os mega eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, acabaram gerando diversas violações. A especulação imobiliária exclui da cidade as pessoas mais pobres que já vivem em condições precárias. Vila Autódromo, Estradinhada, Gamboa, Parque Columbia, Cidade de Deus e Metrô Mangueira foram alguns dos locais em que o Nuth atuou na mediação contra as remoções das famílias e pela garantia da realocação. O Núcleo também acompanha procedimentos administrativos que representam risco para a posse e moradia das comunidades vulneráveis e promove a regularização fundiária por meio de legitimação de posse ou auto de demarcação.



EDUCAÇÃO EM DIREITOS

Uma das atribuições constitucionais da Defensoria Pública é a promoção da Educação em Direitos. Além de uma extensa programação de cursos e eventos realizados em parceria com o seu Centro de Estudos Jurídicos (Cejur), a instituição também desenvolve programas inovadores junto à sociedade, tais como:

DEFENSORES DA PAZ

Capacitação voltada para lideranças e moradores de comunidades sobre mediação de conflitos e direitos básicos. O projeto já foi realizado em várias cidades e formou mais de 250 pessoas em dois anos de funcionamento.

ACELERANDO A ESCOLARIDADE

O projeto oferece aulas de português, matemática, história e geografia para pessoas em situação de rua. Criada em 2017, a iniciativa já formou mais de 250 alunos.

DEFENSORAS POPULARES

Com o objetivo de se aproximar da população, em especial as mulheres periféricas, o curso tem como a principal temática a educação em direitos e a discussão sobre assuntos relacionados à realidade da mulher na sociedade brasileira.

A DEFENSORIA CUMPRINDO SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO

O objetivo do programa é valorizar e conscientizar os gestores de educação, além de promover debates que ajudem a transformar positivamente o ambiente escolar das unidades educacionais do estado. Os debates abordam temas relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), à violência contra mulher e mediação de conflitos.

COMUNICAÇÃO

Ciente de que a litigância estratégica se dá não apenas no ambiente jurídico, mas passa também pelo levantamento de dados e eficiência na comunicação, a Defensoria Pública do Rio investe no relacionamento com a imprensa e na publicação de farto material para educação em direitos. A Diretoria de Comunicação é responsável por todos os canais de divulgação do órgão, que inclui redes sociais, site e boletins internos e externos.



Além disso, o setor atua na construção de narrativas que favoreçam a defesa dos assistidos, dando voz àqueles que, na maioria das vezes, são esquecidos. Esse trabalho tem sido fundamental em casos como o de 159 homens presos de forma ilegal por supostamente integrarem uma das milícias que atuam no Estado, em abril de 2018. Em trabalho intenso junto à imprensa, a Defensoria mostrou à sociedade que a maioria dos homens presos possuía bons antecedentes, emprego e nenhuma ligação com o crime organizado. Todos foram soltos.



OUVIDORIA

Com a função de atuar na intensificação do diálogo da Defensoria Pública com a sociedade, a Ouvidoria-Geral funciona desde 2016 como uma ouvidoria externa, ou seja, o cargo de ouvidor(a)-geral é exercido por não integrante da carreira da Defensoria. Cabe à ouvidoria facilitar o acesso da população ao órgão, permitindo a melhoria dos serviços oferecidos.

Merece destaque o trabalho com moradores das comunidades do Rio de Janeiro, como o programa Circuito Favela por Direitos, que promove escuta qualificada e permanente em favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro.

O relatório do primeiro ano do Circuito apontou uma série de violações praticadas contra moradores nas operações policiais.

ABORDAGEM

- ameaça/agressão física
- proibição de filmagem/vasculha de celular

LETALIDADE PROVOCADA PELO ESTADO

- impedimento de prestação de socorro
- alteração de cena

IMPACTOS

- restrição de circulação
- trauma psicológico

OPERAÇÃO POLICIAL

- disparos a esmo
- operação em horário escolar (entrada e saída)

VIOLAÇÃO EM DOMICÍLIO

- ocupação
- violência sexual
- dano ao patrimônio na residência





ATUAÇÃO INTERNACIONAL

A Defensoria Pública possui forte atuação junto a organismos internacionais, sobretudo na denúncia de violações aos Direitos Humanos. Veja alguns casos

PROVIDÊNCIAS PARA O PRESÍDIO EVARISTO DE MORAES

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos notificou o governo brasileiro sobre as más condições do presídio Evaristo de Moraes. Entre outras medidas, a decisão estabelece a adoção das providências necessárias à proteção à vida, à integridade pessoal e à saúde dos mais de 3.700 presos da unidade, em razão de violações como:

Taxa de superlotação de
252,17%

Alto índice de óbitos,
na maioria das vezes por
causas desconhecidas

Falta de ventilação,
de camas e de
iluminação

PROIBIÇÃO DE NOVOS INGRESSOS NO PRESÍDIO PLÁCIDO DE SÁ CARVALHO

A Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou, a partir de denúncia da DPRJ, que a unidade não pode receber novos presos e que um dia de pena cumprido naquele presídio deve ser contado como dois.

Índice de superlotação
198%

70 presos

morreram entre 2016 e 2018, muitos por problemas decorrentes da saúde e de superlotação.

JUSTIÇA MILITAR

A DPRJ foi à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra a Lei 13.491, que transferiu da Justiça Comum para a Justiça Militar a competência para processar e julgar homicídios de civis atribuídos a integrantes das Forças Armadas. Em vigor desde outubro de 2017, a norma estabelece um foro especial para os militares, dificultando assim a responsabilização dos agentes estatais por meio de investigações imparciais e independentes. É, portanto, contrária à jurisprudência da Corte Interamericana e aos parâmetros internacionais de proteção de direitos humanos.

DIREITOS DA POPULAÇÃO TRANSGÊNERO E LGBTI+

Em maio de 2017, representantes da Defensoria estiveram na Costa Rica, em audiência pública promovida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos para defender a fixação de um parâmetro para os países da América Latina e do Caribe nos casos em que a pessoa transsexual deseja trocar o nome e o sexo nos documentos oficiais. O objetivo é fazer com que o procedimento ocorra de forma rápida e gratuita.

Em novembro de 2018, representantes da Comissão estiveram no Rio de Janeiro e reuniram-se com integrantes da população LGBTI+. Na ocasião, defensores dos direitos das pessoas LGBTI+ relataram que, mesmo após a regulamentação do CNJ, alguns cartórios ainda criam obstáculos para a requalificação civil. A escassez de políticas públicas e o preconceito foram outros dois pontos abordados na visita.



SAÚDE E COBERTURA HOSPITALAR

A Defensoria identificou déficit de 1.000 leitos em hospitais da rede pública só na cidade do Rio de Janeiro, incluindo unidades federais, estaduais e municipais. Esgotadas todas as possibilidades, a instituição denunciou o problema à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em maio de 2018, solicitando a adoção de medidas para a proteção eficaz da vida e da integridade física das pessoas que estão na fila da UTI.

A situação foi definida como “tratamento cruel, desumano e degradante”.

Veja porque:

- **1.071 leitos fora de uso** nas redes estadual, municipal e federal
- **Falta de condições estruturais** no ambiente hospitalar
- **3 pessoas morrem por noite** à espera de transferência para leito em UTI
- **Demora no cumprimento de medidas judiciais**, como internação e transferências

PESQUISAS

A Diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça desenvolve um trabalho estratégico na apuração de dados que subsidiam a atuação da Defensoria na defesa dos seus assistidos. As informações são fundamentais para o desempenho da instituição na esfera judicial. Além disso, os levantamentos têm grande repercussão, levando a sociedade a discutir sobre diversos temas. Veja alguns:



AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

A partir de questionários aplicados pelos defensores públicos no atendimento dos réus que passam pelas audiências de custódia, são produzidos diversos relatórios, com o intuito de fornecer informações para a atuação estratégica da Defensoria Pública, tais como, o índice de soltura nas audiências, o tratamento fornecido ao preso durante a prisão e o perfil social dos réus.

6.374 casos em um ano

96% acompanhadas por um defensor público

Baixa reincidência

apenas **5,28%** dos réus voltaram a comparecer a uma audiência de custódia

Jovens

83,9% dos réus tinham **de 18 a 36 anos**

Baixa escolaridade

65% completaram apenas o **ensino fundamental**

Tortura

Três em cada 10 relataram ter sofrido agressões por ocasião da prisão, destes **79,7% são negros**

CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

A pesquisa sobre os processos de criminalização do aborto, além dos resultados impactantes que revelam o racismo estrutural no sistema de justiça, foi apresentada pela Defensoria Pública no pedido de ingresso como amicus curiae na ADPF nº 442 que discute a constitucionalidade da criminalização do aborto no Brasil

55 processos penais

contra mulheres que realizaram aborto foram distribuídos entre 2005 e 2017.

A maior parte dos casos envolve mulheres com idade entre **18 e 36 anos**, que já têm filhos e moram em bairros periféricos. **Nenhuma delas apresentava antecedentes criminais** e, apenas uma, havia chegado à faculdade.

54,2% das mulheres processadas são negras.

PROCESSOS DE REQUALIFICAÇÃO CIVIL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Entre 2010 e 2016, das 170 ações para readequação de registro civil ajuizadas no Tribunal de Justiça do Rio, apenas 69 receberam sentença. Destas, apenas 47 contemplaram integralmente o pedido apresentado. Algumas dessas ações esperaram por até cinco anos. O estudo auxiliou o trabalho do Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos (Nudiversis) para que o processo de requalificação fosse acelerado.



LEITOS HOSPITALARES

Os relatórios periódicos sobre os pleitos judiciais formulados pelos defensores públicos do plantão judiciário noturno objetivam identificar, com base em dados concretos, os pontos críticos da falta de leitos vagos nos hospitais públicos em todo o Estado do Rio Janeiro e oferecer, assim, subsídios para a Coordenação de Saúde e Tutela Coletiva na adoção de estratégias que melhorem de forma efetiva o sistema público municipal e estadual de saúde, e que possam ser replicadas em outras Unidades da Federação, conforme as suas especificidades.

PERFIL DO CONSUMIDOR

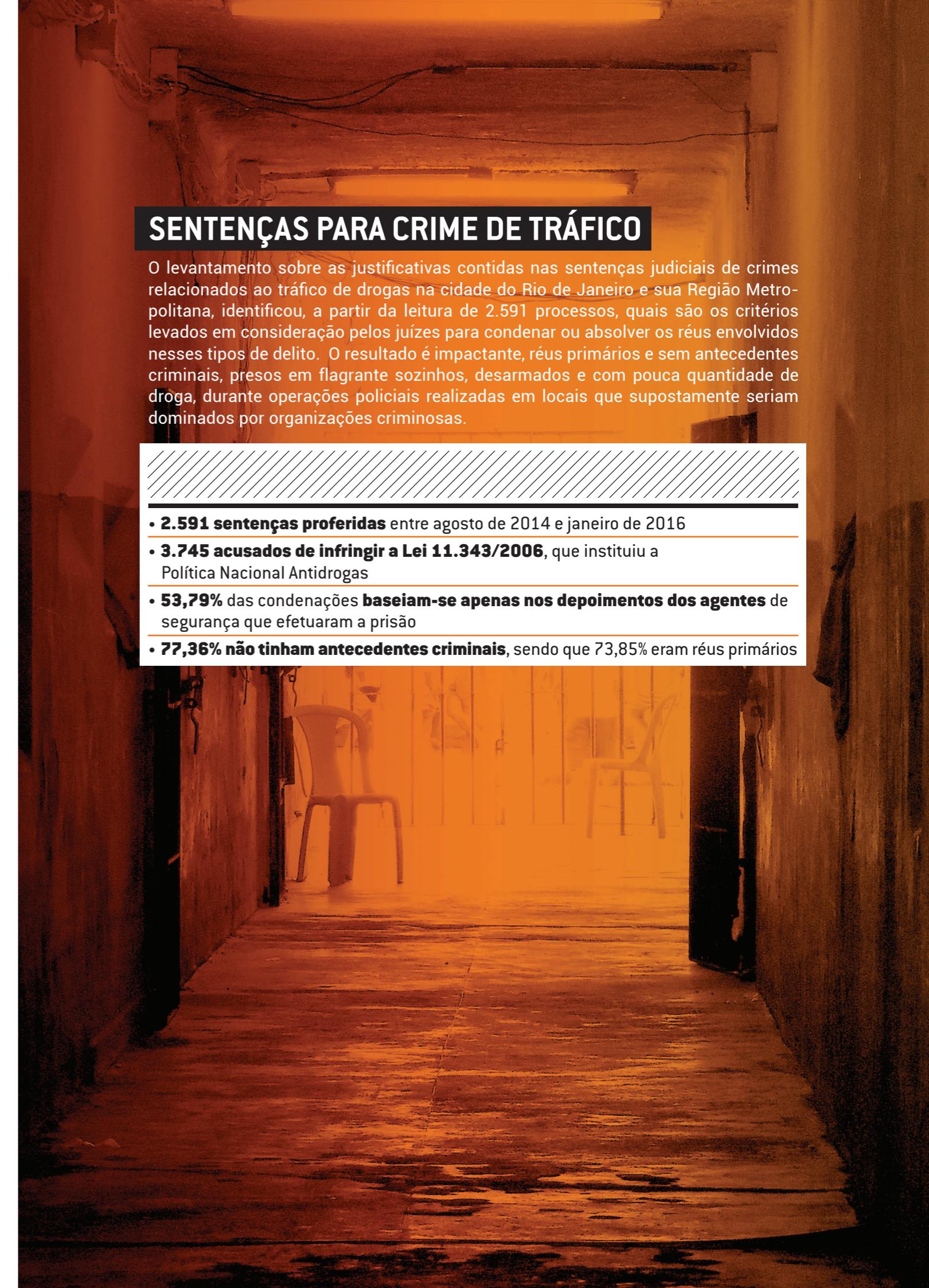
A pesquisa "Perfil do consumidor superendividado e a atuação da Defensoria Pública na renegociação da dívida", realizada a partir dos dados da comissão de superendividamento do Núcleo de Defesa do Consumidor, buscou identificar o perfil dos consumidores superendividados, as instituições financeiras e as modalidades de crédito onde se concentram as dívidas e os resultados das renegociações, com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho dos serviços prestados pela comissão, além de sistematizar os dados para melhor compreensão desse fenômeno recente.



SENTENÇAS PARA CRIME DE TRÁFICO

O levantamento sobre as justificativas contidas nas sentenças judiciais de crimes relacionados ao tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana, identificou, a partir da leitura de 2.591 processos, quais são os critérios levados em consideração pelos juízes para condenar ou absolver os réus envolvidos nesses tipos de delito. O resultado é impactante, réus primários e sem antecedentes criminais, presos em flagrante sozinhos, desarmados e com pouca quantidade de droga, durante operações policiais realizadas em locais que supostamente seriam dominados por organizações criminosas.

- **2.591 sentenças proferidas** entre agosto de 2014 e janeiro de 2016
- **3.745 acusados de infringir a Lei 11.343/2006**, que instituiu a Política Nacional Antidrogas
- **53,79%** das condenações **baseiam-se apenas nos depoimentos dos agentes** de segurança que efetuaram a prisão
- **77,36% não tinham antecedentes criminais**, sendo que 73,85% eram réus primários





DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

🌐 www.defensoria.rj.def.br

📱 CRC: 129 📞 Ouvidoria: 0800 282 2279

👍 fb.com/defensoriapublicadoriodejaneiro

Av. Marechal Câmara, 314 - CEP 20020-080 - Centro, RJ

Telefone: +55 21 2332-6224